

## Introdução

Flávio Gonçalves dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, FG. Introdução. In: *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2013, pp. 21-33. ISBN . Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## INTRODUÇÃO

*Agô, agô, ibá re ô, egbon mi!*<sup>1</sup>

Dizem que é sempre bom informar aos interlocutores o nosso ponto de partida. Isso equivale dizer também que devemos informar de que posição nós discursamos e qual o nosso vínculo/compromisso com o objeto de nosso discurso.

Venho de uma família de adeptos do culto aos orixás e desde muito cedo percebi que a dimensão religiosa marcava o ritmo de nossas vidas. Nunca estivemos organicamente vinculados a um terreiro de candomblé, já que tínhamos o privilégio de ter os nossos santos assentados em nossa própria casa. Por esse motivo, nos envolvíamos com uma casa de culto aos orixás às vezes com maior, às vezes com menor intensidade.

Frequentemente acompanhava minha mãe aos terreiros e às consultas aos orixás e, depois, à feira para aquisição dos produtos com os quais seriam satisfeitas as exigências, ou se agradeceria a boa vontade dos orixás. Com o passar dos anos fui levado para outras experiências de vida – notadamente a militância política, por vezes tão dogmática quanto quaisquer práticas religiosas – que me chamaram a atenção para quão dispendiosa era a prática da religião afro-brasileira. Por vezes, notava certos paradoxos como, por exemplo, o de que para resolver um problema de falta de dinheiro em casa, minha mãe recorria a uma consulta aos orixás e a prescrição do remédio envolvia somas que nem de longe podíamos dispor naquele momento. Mas, por força da fé, minha mãe se desdobrava, tomando dinheiro emprestado ou mesmo contando com a solidariedade das pessoas ligadas ao culto para poder satisfazer as obrigações rituais.

---

<sup>1</sup> Com licença, com licença, meu respeito aos irmãos mais velhos!

Essa percepção era dispersa, enfim, era só uma impressão. Em 2000 deparei-me com uma entrevista de Martiniano Eliseu do Bonfim, enquanto desenvolvia a pesquisa do mestrado, trabalhando com jornais da década de 1930. Embora a fonte não fosse inédita, era de uma riqueza singular. Tratava de assuntos ligados às relações internacionais, como a invasão da Abissínia e o colonialismo inglês no continente africano, e de questões relacionadas com a equivalência entre as manifestações religiosas dos afro-brasileiros e dos brancos. Porém, um assunto me chamou a atenção e se constituiu no ponto de partida da investigação, cujos resultados serão apresentados nas próximas páginas.

A certa altura da entrevista, Martiniano Eliseu do Bonfim afirmou ter praticado o comércio com a Costa d'África, trocando produtos brasileiros por outros de lá. Até aí, nada demais, não fosse o fato de que no rol das mercadorias trazidas da África, constassem produtos intimamente ligados ao culto dos orixás e não fosse Martiniano uma reconhecida autoridade religiosa desse mesmo culto. Foi então que, conversando com o Professor Muniz Ferreira, ele sugeriu a originalidade de uma pesquisa sobre a “economia do candomblé”, que estabelecesse uma interseção entre a cultura material e a cultura simbólica na tradição religiosa do culto aos orixás.

A ideia de uma pesquisa sobre a economia do candomblé ficou em estado de latência. No final de 2003, lentamente, retomei as leituras sobre o tema com o objetivo de me preparar para uma seleção de doutorado no ano seguinte.

Foi assim que descobri a existência de uma bibliografia considerável, em maior ou menor grau dedicada ao estudo da comunidade de afro-brasileiros retornados à Costa d'África e suas atividades econômicas ao longo do século XIX. Um clássico de referência obrigatória é *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, de Pierre Verger<sup>2</sup>. Neste trabalho, reconstituem-se as redes comerciais entre a Bahia e o Golfo do Benin, desde o nascedouro

---

<sup>2</sup> VERGER, 1987.

do tráfico de escravos até a sua conversão no chamado “comércio inocente” de azeite de dendê. Verger informa que os comerciantes do Golfo do Benin davam preferência ao comércio com a Bahia, e essa predileção estaria relacionada ao fumo-de-rolo baiano, bastante apreciado naquela Região, a ponto de converter-se em moeda-padrão dessas transações. O tráfico era tão próspero e lucrativo que motivou a instalação de agentes comerciais nas duas margens do Atlântico.

O intenso comércio, a possibilidade de fazer fortuna e a conjuntura desfavorável na Bahia para escravos e libertos, principalmente após a Revolta dos Malês, em 1835, são elementos que explicam o movimento de retorno e de constituição de uma comunidade de “brasileiros” no Golfo do Benin. Integrantes dessa comunidade teriam se tornado os principais agentes do tráfico de escravos na Região. Com a crescente pressão inglesa ao longo do século XIX, os agentes do tráfico de escravos foram obrigados a se dedicar a um comércio de menor lucratividade, como, por exemplo, o do azeite de dendê. O trabalho de Verger sobre o tema extremamente relevante para a historiografia, não acompanha entretanto, os passos seguintes desse comércio, e elege, como marco cronológico final, o século XIX.

Outra autora que apresenta como marco final para seu estudo o século XIX é Manuela Carneiro da Cunha<sup>3</sup>, que se dedicou ao estudo da constituição de uma comunidade de “brasileiros” retornados a Lagos. As questões que propôs discutir estavam relacionadas à identidade entre os brasileiros de Lagos e os escravos e libertos da Bahia. Segundo ela,

Os contatos comerciais dos brasileiros de Lagos com a Bahia foram cuidadosamente mantidos, e os negociantes faziam frequentes travessias do Atlântico para reativá-los. Muitas vezes usavam-se parentes que haviam ficado na Bahia como agentes comerciais<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> CUNHA, 1985.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 123.

Portanto, os brasileiros de Lagos conseguiram o controle da maior parte do comércio com a Bahia.

Cunha não avança muito mais sobre essa questão, de modo que seu trabalho se enquadra nos limites da análise das relações da sociedade escravista brasileira. Outro que se dedicou, em um artigo publicado na revista *Afro-Ásia*, ao estudo da comunidade brasileira de Ajudá, foi Robin Law<sup>5</sup>. Seu estudo tem como marcos cronológicos os anos de 1850 e 1866, e o foco de atenção é o tráfico de escravos. Nesse artigo, ele faz uma afirmação que merece a maior atenção:

Durante a maior parte do século dezenove, muitas famílias de Uidá, que atualmente se identificam como ‘brasileiros’, eram mais comumente descritas, nos relatos da época, como ‘portuguesas’, e este costume provavelmente reflete a auto-identificação dos envolvidos<sup>6</sup>.

Essa sustentação é bastante instigante, ainda mais quando o autor assevera que após “[...] a independência do Brasil, em 1822, a comunidade ficou dividida em sua fidelidade política [...]”<sup>7</sup>. Aqui, há de se considerar que o retorno maciço de libertos para a África deu-se a partir de 1835. Assim, provavelmente, a generalização da identidade de “brasileiro” ocorreu após esse período, com a chegada dos egressos do Brasil, após a Revolta dos Malês.

O problema da definição identitária não é levantado, por exemplo, por Alcione M. Amos, em artigo da *Afro-Ásia*<sup>8</sup>. Em seu estudo sobre a família Olympio e sua trajetória no Togo, ela aponta a origem do patriarca da família, Francisco Olympio, como sendo a cidade de Salvador da Bahia e a data de seu nascimento, 24 de julho de 1833. Segundo Alcione Amos,

À medida que desenvolviam sua nova sociedade na região costeira da África, os afro-brasileiros não perdiam de vista

---

<sup>5</sup> LAW, 2002.

<sup>6</sup> LAW, 2002, p. 43.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>8</sup> AMOS, 2000.

o Brasil. Apesar de comerciarem ativamente com a Europa, também mantinham um comércio intenso e lucrativo com o Brasil. Alguns voltavam para ver as famílias e os amigos e outros, com o tempo, regressaram definitivamente. De fato, as lembranças do Brasil, o uso do seu idioma, a celebração das suas festas religiosas constituíam um fator constante na comunidade afro-brasileira na região da costa ocidental africana até meados do século XX<sup>9</sup>.

A razão do sucesso econômico da família Olympio é apontada, por Alcione Amos, como sendo a diversidade de investimentos por ela praticada<sup>10</sup>.

Esses estudos comprovam a ideia de que a permanência de vínculos da Costa Africana com o Brasil ultrapassou o século XIX e revelam as estratégias utilizadas pelos afro-brasileiros retornados para resistir ao controle colonial europeu. Apesar de definir, como marcos cronológicos, os anos que atingem a primeira metade do século XX, eles não chegam a contrariar a proposição de que o Brasil iniciou o seu processo de retirada da África a partir da década de 1850, como sugere José Honório Rodrigues. De acordo com esse autor, o que motivou o afastamento do Brasil da Região foi o crescente interesse das potências europeias<sup>11</sup>. José Flávio Sombra Saraiva concorda com essa ideia:

Após a extinção do tráfico atlântico de escravos, e a aceleração do processo de penetração europeia na África, o Brasil intensificou a distância em relação ao continente africano<sup>12</sup>.

Tanto o trabalho de J. H. Rodrigues quanto o de J. F. Sombra Saraiva têm seu escopo voltado para a análise das relações diplomáticas entre o Brasil e a África. No momento em que as grandes

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>11</sup> RODRIGUES, J. H., 1964, p. 209.

<sup>12</sup> SARAIVA, 1996, p. 16.

redes de comércio em torno do tráfico atlântico de escravos desaparecem, os autores percebem o desinteresse das autoridades brasileiras em manter relações diplomáticas com a África. Esse desinteresse é ainda mais acentuado com a partilha da África entre as potências europeias. A presença da administração colonial europeia no continente estimulava a concorrência aos produtos brasileiros e impedia o estabelecimento de qualquer relação, diplomática ou comercial, na Região, que não tivesse como intermediária uma dessas potências.

A partir da leitura desses autores, o objeto de estudo começou a tomar forma. Decidi analisar as relações econômicas em torno dos objetos de culto afro-brasileiro, no período de 1850 a 1937, e suas ligações com o comércio atlântico. No entanto, pairava a dúvida sobre se conseguiria encontrar as fontes que permitissem cercar e analisar o objeto de estudo. Foi então que, acompanhando minha mãe, fomos, mais uma vez, à feira de São Joaquim, e lá, com um olhar mais atento, descobri as estratégias de *marketing*, os rótulos das mercadorias com a inscrição “vindos da África ou da Costa”, e dei-me conta de que, apesar de suas especificidades, o comércio de objetos litúrgicos do candomblé funciona como qualquer outro ramo comercial.

Tendo isso em mente, visitei o Arquivo Público do Estado da Bahia e listei, além dos registros de entrada e saída de embarcações, uma série de documentos alfandegários e comerciais que pudessem oferecer-me as informações necessárias à pesquisa. Arrolei inventários e testamentos, na esperança de que oferecessem uma visão mais apurada dos agentes envolvidos com as operações comerciais vinculadas aos objetos de culto aos orixás. Percebi o quanto eram promissoras.

Tomei conhecimento dos trabalhos de Aydano do Couto Ferraz, Melville J. Herskovist, Beatriz Góis Dantas e James Lorand Matory. Particularmente o estudo de Matory chamou-me a atenção, pois discutia a questão da identidade dos grupos de retornados à África após o cativeiro, no artigo *Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950*. Em seu argumento, ele se mostra contrário à tese dos etnólogos desconstrucionistas

de que a noção de pureza nagô foi uma invenção das elites euro-brasileiras. O artigo situa a origem da ideologia da pureza nagô, na virada do século XIX para o XX, no momento de construção do nacionalismo cultural *Yorubá* para fazer face ao imperialismo britânico e sua política racista. Esse artigo abre a possibilidade de se estabelecer as devidas conexões entre o processo de construção da identidade Nagô e seus prováveis vínculos com as relações comerciais transatlânticas, reconhecendo a importância dos mercados nesse processo<sup>13</sup>.

Ferraz foi outro que me deixou atento, visto afirmar, em seu trabalho, que uma afamada mãe de santo da Bahia não só utilizava como também negociava produtos africanos, trazendo, assim, à tona os meandros pelos quais se processava o estímulo ao consumo dos produtos de origem africana<sup>14</sup>. Além disso, ele revela a estreita ligação dos fornecedores desses produtos com o culto aos orixás e oferece o elo entre o que Herskovits chamou de relações econômicas internas e externas do candomblé<sup>15</sup>.

Seguindo a linha de raciocínio de Herskovist, Beatriz Góis Dantas analisa em *A organização econômica de um terreiro de Xangô* as formas de redistribuição de riqueza em um terreiro nas imediações de Aracaju, Sergipe<sup>16</sup>. No caso estudado por Góis Dantas, a distinção entre o externo e o interno, entre os “de dentro” e os “de fora”, pode ser tomada como uma constante na lógica própria dos terreiros dos cultos afro-brasileiros. Essa lógica se dá em termos de contribuição e acesso aos diferentes níveis dos recursos e da atividade do terreiro<sup>17</sup>.

Assim, os trabalhos de Herskovits e Góis Dantas, além de contribuírem para chamar a atenção sobre a existência de laços estreitos entre os interesses econômicos e religiosos, sustentam que a prestação de serviços mágico-religiosos garante a sobrevivência

---

<sup>13</sup> MATORY, 1998, p. 283-284.

<sup>14</sup> FERRAZ, 1939.

<sup>15</sup> HERSKOVITS, 1958.

<sup>16</sup> DANTAS, 1979.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 188.



física e material dos terreiros e de seus adeptos, bem como des-trinham a notícia dada por A. Couto Ferraz. Essa notícia, diga-se de passagem, ratifica a análise de Arno Vogel, Marcos A. da Silva Mello e José Flávio P. de Barros, em *Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*, sobre a importante participação dos adeptos do culto aos orixás na rede de comercialização de objetos de uso litúrgico<sup>18</sup>.

Para os autores de *Galinha d'Angola*, na esfera dos mercados e das feiras livres, comercializar produtos para os rituais litúrgicos do candomblé, além de participar da vida religiosa em alguma instância, é operar como um reelaborador e difusor de fundamentos religiosos, particularmente no que se refere aos tipos de produtos que serão utilizados nos rituais.

Nesse ponto, surgiram as seguintes questões: Será que essa afirmação também pode ser válida para as redes de exportação e importação? E do ponto de vista simbólico, o que representou, inclusive para os cultos de outras matrizes africanas não-nagôs, a postura adotada pelos principais líderes do culto de matriz *yorubá*, pela preferência e evocação da superioridade dos produtos originários da África?

Diante dessas questões, foi formulada a hipótese de que o comércio em torno dos objetos do culto aos orixás foi um dos elementos de manutenção, sustentação e propagação de valores éticos, étnicos e religiosos afro-brasileiros, particularmente aqueles pautados na tradição nagô.

As duas variantes das manifestações da religiosidade afro-brasileira, no entanto, uma pautada na exportação e importação de valores da cultura *yorubá*, mas lidos no Brasil como “africano”, a partir da circulação atlântica de pessoas e mercadorias, e a outra cujas formas são variantes de culto aos orixás, tais como o candomblé de caboclo e a umbanda, ambas nascidas da diáspora e da circulação de ideias e valores culturais diversos, podem ser apreendidas a partir das formas de organização de suas relações econômicas.

---

<sup>18</sup> VOGEL; MELLO; BARROS, 2001.

A primeira dificuldade do projeto, que se revelou durante a execução da pesquisa que resultou neste livro, foi em relação às fontes. Nenhuma das consultadas ao longo de quatro anos permitiu a criação de séries documentais, de acordo com o modelo francês. Os testamentos e os inventários de onde poderia ser extraída uma quantidade significativa de informações a respeito do poder aquisitivo de africanos, libertos e ex-escravos, não revelaram muita coisa. Buscamos, ainda, os inventários e testamentos de figuras de destaque, tanto no comércio quanto na vida religiosa afro-brasileira, tais como Eugênia Anna dos Santos e Martiniano Eliseu do Bonfim, mas foi em vão. Sequer conseguimos localizar a certidão de óbito deles, apesar da informação segura do local onde foram sepultados.

A dimensão do comércio de objetos litúrgicos do culto aos orixás será apresentada, nas próximas páginas, a partir do estudo das séries *Despachos de Importação* e *Manifestos de Importação*, da Seção Alfandegária do Arquivo Público do Estado da Bahia. Entretanto, as fontes dessas duas séries passam por um processo similar de redução de informações. Os *Despachos de Importação*, por exemplo, tornam-se muito resumidos, a partir da década de 1870. A série *Manifestos*, no período posterior a 1870, embora seja mais completa, não oferece informações a respeito dos valores e das taxas cobradas pelas mercadorias que chegavam ao porto de Salvador. Com a aproximação do século XX, os manifestos tornaram-se mais sintéticos. Para o período republicano, a dificuldade foi ainda maior, pois parte da documentação está indisponível, haja vista estar em processo de restauração.

Para contornar essas dificuldades, outro grupo de fontes foi utilizado, composto principalmente por jornais e fontes bibliográficas, sobretudo os trabalhos etnográficos produzidos dentro dos marcos cronológicos da pesquisa. Nesse particular, as obras de Édison Carneiro, Ruth Landes, M. Herskovits, Arthur Ramos e Nina Rodrigues contribuíram significativamente para a complementação das informações prestadas pelas fontes alfandegárias.

É necessário esclarecer algumas opções terminológicas feitas ao longo do texto. A primeira delas é quanto à utilização do

termo Costa d'África. No seu sentido geográfico ele é bastante vago, aliás, como boa parte dos termos empregados em relação ao continente africano. Quanto à localização geográfica, todas as vezes que me referir à Costa d'África, reporto-me à região do Golfo de Benin e, mais precisamente, aos portos de Lagos e Ajudá. A opção pelo termo Costa d'África deu-se por dois motivos: manter a designação encontrada nas fontes alfandegárias e a proximidade com a denominação dada pelos agentes sociais envolvidos no comércio de objetos de culto aos orixás. Afinal, a maioria dos produtos importados de Lagos e de Ajudá recebeu, e ainda recebe, a designação de “da Costa”, como por exemplo o pano e o sabão.

Outro sintagma que merece uma explicação é “culto aos orixás”. Em muitos trechos do texto, prefiro-o em vez de “candomblé”. Faço isso porque o considero mais abrangente, envolvendo tanto aqueles indivíduos ou terreiros vinculados às tradições jêje, *ketu* e nagô, quanto os candomblés de caboclo.

Do ponto de vista metodológico, os terreiros de candomblé foram vistos como unidades produtivas de bens de consumo imediato e prestadores de serviços. Quanto às formas de organização de suas relações econômicas adotei a designação de relações internas e externas. Por relações internas de um terreiro entendo as que se estabelecem para sua perpetuação, física e material, bem como para a de seus adeptos. Por relações econômicas externas, tomei aquelas estabelecidas pelo intercâmbio comercial entre os pequenos negociantes de artigos sagrados, voltados para o culto aos orixás.

Quanto ao princípio norteador da pesquisa e que resultou neste trabalho, adotei

[...] o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas, é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca. O valor de uso não é menos simbólico ou menos utilitário que o valor-mercadoria. Porque a ‘utilidade’ não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas [...]. Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem

movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem<sup>19</sup>.

Em “A cidade, o porto e o comércio”, primeiro capítulo, é apresentado um panorama da economia brasileira e da baiana, entre 1850 e 1937, onde é analisada a dinâmica comercial e social de Salvador, a partir de seu movimento portuário. Para esse capítulo foram utilizadas as fontes coletadas na Biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, especialmente as *Estatísticas do Comércio Marítimo do Brasil*. Também foi significativo o *Anuario de Estatística Demographo-Sanitaria da cidade de S. Salvador – Anno de 1903*, publicado pela então Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia. Com os dados neles contidos, foi possível a realização de uma espécie de balanço das condições de vida e saúde da população soteropolitana.

Considerarei importante esse balanço, pois suas condições estavam diretamente ligadas à vida econômica e material da cidade e, conseqüentemente, da Bahia, e era um fator importante para compreender a recorrência às casas de culto aos orixás como centros de uma medicina popular e alternativa, em relação à prática médica convencional do período analisado. Para a escrita do primeiro capítulo foram utilizados trabalhos de História Econômica da Bahia publicados no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Fundação de Pesquisa da Bahia. Esses trabalhos, juntamente com as várias *Estatísticas do Comercio Maritimo do Brasil* e o clássico trabalho de Katia Mattoso, *Bahia, século XIX: uma Província do Império* conferiram maior volume e qualidade às análises do movimento portuário e à dinâmica comercial soteropolitana.

No segundo capítulo, nomeado “Um comércio muito especial”, analiso as relações comerciais atlânticas em torno dos objetos de culto aos orixás. As análises são baseadas nos *Despachos de Importação* e nos *Manifestos*; com eles pude ter uma dimensão

---

<sup>19</sup> SAHLINS, 2003, p. 189.

dos valores e da movimentação das mercadorias oriundas da Costa d'África. Mais uma vez utilizei as informações prestadas pelo trabalho de Katia Mattoso e os dados do *Relatório do Recenseamento de 1920* para confrontar os valores cobrados pelo despacho das mercadorias na Alfândega de Salvador, com o valor dos salários pagos entre 1850 e 1920. As dimensões sociais e religiosas das opções feitas pelos adeptos do culto aos orixás, à luz da mitologia do candomblé, foram analisadas. Também utilizei fontes jornalísticas e bibliográficas, especialmente os estudos de Édison Carneiro, M. Herskovits e Donald Pierson. Pierre Verger e Reginaldo Prandi, que reuniram uma série de mitos sobre os orixás, alguns dos quais trancrevi neste texto, contribuíram para essa análise. Manuela Carneiro da Cunha foi fundamental para compreender aspectos importantes das tessituras sociais que envolveram o objeto deste estudo. Ela ajudou a focar elementos diretamente relacionados às dinâmicas e às operações comerciais estabelecidas nas duas margens do Atlântico em torno dos objetos litúrgicos do culto aos orixás.

Intitulado “Sem mercado não há orixá”, o terceiro capítulo investiga a interseção entre a cultura material, isto é, das relações comerciais de objetos de culto aos orixás, e as formas de prestação de serviços dos terreiros de candomblé. Nessa investigação usei a mitologia para compreender as opções feitas pelos adeptos do culto, concentrando-me nas relações de prestação de serviços mágico-religiosos. Parti do entendimento de que não há como explicar a fé de um indivíduo sem a compreensão dos fundamentos de seus valores e os princípios éticos e, no caso do candomblé, uma das formas de apreensão desses aspectos é verificando os mitos e as lendas que ditam o ritmo e os preceitos da vida de um adepto.

Entre as fontes bibliográficas, ganharam destaque na construção desse capítulo os trabalhos etnográficos produzidos durante a década de 1930. Para os períodos anteriores a essa década, optou-se pela utilização das fontes jornalísticas. A partir desse conjunto de fontes, foi possível apreender as nuances que reproduziam o mercado consumidor dos objetos de culto aos orixás. Essas fontes foram tão valiosas que ofereceram dados com os quais se vislumbraram os custos para cultuar os orixás ou buscar soluções para os

mais variados problemas cotidianos que afligiam as pessoas.

Os ANEXOS I e II são os *Mapas de notificação de casos de varíola na cidade do Salvador do ano de 1903* e o do *período de 1897 a 1903*. O ANEXO III é *Mapa de mortalidade geral, segundo cor e sexo, de 1903*.

ANEXO IV, demonstrativos de mercadorias registradas nos *Manifestos de Importação* no período 1877–1897. ANEXO V, demonstrativos de mercadorias registradas nos *Despachos de Importação* no período 1850–1965. Matérias publicadas pelos jornais *Estado da Bahia* e *O Imparcial*, por ocasião do falecimento de Eugênia Anna dos Santos, a famosa Mãe de Santo do Ilê Axé Opô Afonjá, compõem o ANEXO VI. A riqueza de informações, nelas contidas, despertou o desejo de compartilhá-las. Por fim, um glosário com os termos utilizados ao longo do texto ou presentes nas fontes consultadas.